

Izabel Rosa Moreira

DIVERSIDADE SEXUAL COMO DIREITO FUNDAMENTAL

**O Reconhecimento Jurídico
da Homoafetividade no Brasil**

Curitiba
Juruá Editora
2015

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-5244-5



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Moreira, Izabel Rosa.

M838 Diversidade sexual como direito fundamental: o reconhecimento jurídico da homoafetividade no Brasil. Izabel Rosa Moreira./ Curitiba: Juruá, 2015.
168p.

1. Direitos dos homossexuais. 2. Homossexuais – Estatuto legal, leis etc. I. Título.

CDD 346.015 (22.ed.)
CDU 347.65

00140

LISTA DE ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13
1 IDENTIDADE SOCIAL: DIVERSIDADE SEXUAL	19
1.1 O Retrospecto do Preconceito: Desenvolvimento Histórico	20
1.1.1 Transformação terminológica	23
1.1.2 Família: um instituto em mutação.....	25
1.2 A Pluralidade das Diversidades: Tipologia e Seus Direitos	29
1.2.1 Homoafetivo: um cidadão em busca de seus direitos.....	29
1.2.2 Travesti: conflitos psicológicos.....	30
1.2.3 Transexual: uma mudança fisiológica.....	31
1.2.4 As diversidades e seus direitos basilares.....	31
1.3 Direitos Fundamentais à Luz da Diversidade Sexual	39
1.3.1 Igualdade.....	41
1.3.1.1 A igualdade aristotélica.....	41
1.3.1.2 Consagração do princípio da igualdade	44
1.3.1.3 Histórico do princípio da igualdade nas constituições brasileiras	45
1.3.1.4 O cidadão homoafetivo e o princípio da igualdade....	48
1.3.1.5 Os mecanismos (jurídicos) para a efetivação da igualdade (material)	50
1.3.2 Liberdade	52
1.3.2.1 Concepção filosófica de liberdade	53
1.3.2.2 Do direito à liberdade.....	59
1.3.2.3 Liberdade de orientação sexual.....	63
1.3.3 Fundamentalidade da diversidade sexual	65

2	LEGISLAÇÕES E DECISÕES SOBRE AS RELAÇÕES HOMOAFETIVAS: RESGATE HISTÓRICO E ATUALIDADE.....	71
2.1	Projetos de Leis: Contribuições Parlamentares	72
2.2	Constituições Estaduais e Leis Estaduais	84
2.3	Normatizações e Portarias Ministeriais	90
3	JULGAMENTO DA ADI 4.277 E DA ADPF 132: UMA NOVA PERSPECTIVA AO DIREITO BRASILEIRO	99
3.1	Escolas Teóricas: Correntes	101
3.1.1	Pragmatismo	101
3.1.1.1	Origem do pragmatismo.....	101
3.1.1.2	Pragmatismo jurídico	103
3.1.1.3	Pragmatismo jurídico no Brasil.....	107
3.1.2	Leitura moral	109
3.1.3	Minimalismo	113
3.2	Análise Argumentativa dos Votos da ADI 4.277 e ADPF 132	120
3.2.1	Interpretação do art. 1.723 do Código Civil em conformidade com a Constituição Federal.....	120
3.2.2	Decisão pragmatista	124
3.2.3	Decisão leitura moral	129
3.2.4	Decisão minimalista.....	135
3.3	Consequências Jurídicas e Sociais do Julgamento da ADI 4.277 e ADPF 132.....	138
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	145
	REFERÊNCIAS	149
	ÍNDICE ALFABÉTICO	157